

Do Afeganistão ao terror universal

Bruno Cardoso Reis

As múltiplas histórias do Afeganistão

O Afeganistão é um país com um passado complicado. Desde logo, pelo facto de durante boa parte da sua história não ter sido um estado unificado com algo que se assemelhasse às fronteiras actuais. Basta referir que no início do século XIX a Caxemira e o Punjab (hoje parte da Índia e Paquistão) eram ainda dominadas pelos afegãos, e nessa época Herat era ainda uma importante cidade da Pérsia (hoje Irão).

A feitura da história dessa zona do mundo, por isso mesmo, não é simples. Em primeiro lugar, porque as fontes escasseiam: poucos afegãos escreveram crónicas e os arquivos foram frequentes vítimas das razias que abundaram na agitada vida dessa região. Muitas vezes foram estrangeiros interessados (e nem sempre por motivos simplesmente intelectuais) a tentar preencher a lacuna: persas primeiro, ingleses depois (os dois grandes impérios vizinhos). Um bom exemplo dos escritos destes últimos é o volume compilado por D. S. Richards - significativamente intitulado *The Savage Frontier*, ou seja, a fronteira selvagem - com relatos muito variados de militares e administradores britânicos a quem coube em sorte (má sorte, segundo a maior parte deles, mesmo os que não escondem o fascínio pela paisagem e a admiração pela ferocidade dos combatentes afegãos) lidar com essa fronteira turbulenta do império.

Em segundo lugar, porque há questões de base a que é difícil dar resposta. Faz-se a história do território que actualmente ocupa o "Estado" afegão? Faz-se a história dos principais povos que a habitam? Sendo que uma resposta positiva a esta última questão implica fazer a história de grande parte da região envolvente (Paquistão, Tajiquistão, Uzbequistão, Irão e mesmo Índia, boa parte da qual, aliás, foi governada por uma dinastia afegã/mongol entre o século XVI e XVIII). Ou faz-se simplesmente a história do principal grupo étnico, os patans ou pashtuns (por vezes, designados simplesmente como afegãos), correndo-se o risco de se ser acusado de "limpeza" étnica por via intelectual?

Geralmente, as obras disponíveis procuram fazer uma opção mista, mas acabam por ter de acentuar mais um ou outro aspecto. A recente obra de Martin Ewans tem o seu ponto forte sobretudo na análise do papel da zona afegã no equilíbrio de poder regional naquela parte do mundo nos últimos dois séculos. Desse ponto de vista talvez seja a de mais interesse para os que procurem situar num contexto histórico a actual crise. Já Willem Vogelsan, da Universidade de Leiden, grande especialista na história da região, que domina as várias línguas e dialectos em que ela se divide, promete para o fim do ano, um texto que pela estrutura anunciada e pelos escritos anteriores do seu autor promete vir a ser uma referência para o traçar da história longa dos movimentos (raramente pacíficos) dos muitos povos que atravessaram ou procuraram controlar os estratégicos desfiladeiros afegãos, os quais fazem da região uma encruzilhada fundamental para uma vasta região envolvente.

E quanto aos talibans? Não faltam obras a seu respeito. Talvez três das mais interessantes são as de Larry Goodson, o conjunto de artigos editados por William Maley e a análise de Ahmed Rashid (que tem a vantagem de situar a questão no seu contexto, não só religioso mas também geo-estratégico em termos da Ásia Central). Em todos eles surgem alguns dados essenciais. Desde logo, o papel essencial dos serviços secretos paquistaneses na sua formação (1994). De facto, inicialmente, os destacamentos de estudantes de teologia (daí o nome: taliban) serviram de protecção armada a caravanas comerciais paquistanesas.

O seu rápido e forte enraizamento na zona pashtun do nordeste do Paquistão e do sudoeste do Afeganistão, resultou de terem sido capazes de capitalizar o descontentamento de boa parte desse grupo étnico, que se sentia marginalizado pelos grupos dominantes em Cabul, de origem uzbeque e tajique. É incontestável também, que souberam aproveitar a divisão entre os vários grupos que haviam combatido os soviéticos, e a situação de caos generalizado que daí adveio, no sentido de se apresentarem como campeões da lei e da ordem e garantes da segurança necessária para o retomar do comércio. O peso das escolas e outras estruturas religiosas na estruturação do movimento, deu-lhes a vantagem de contarem com uma hierarquia "natural" à qual se podiam ir agregando os líderes religiosos locais no interior do Afeganistão.

Por fim, assinalam como essencial a filiação desse movimento numa das correntes teológicas que faz uma leitura mais extremista e restritiva do Islão - a Deobandi (sunita); e, nessa linha, o facto de os seus líderes, desde logo, Muhammad Omar, terem visto na destruição do país causada pelas décadas de guerra, uma oportunidade de evitar todas as "contaminações" ocidentais e dificuldades que a aplicação de um modelo islâmico extremista e totalitário teria de enfrentar numa sociedade mais complexa e próspera. Uma última lição importante é a de não generalizar. Desse ponto de vista, o conceito de fundamentalismo pode levar a precipitações perigosas. Assim, por um lado, um dos grupos que se agregaram ao movimento foi a facção Khalq do antigo Partido Comunista afegão (lá se vai a explicação pelo "factor deus"...).

E se é certo que os taliban defendem a sua interpretação do Alcorão como a única rigorosa e literal, a verdade é que há muitas passagens que lhe são menos convenientes, a que eles não parecem dar grande importância. Por outro lado, um país tradicionalmente apontado como o exemplo acabado do fundamentalismo, o vizinho Irão, tem tido relações complicadas com o regime taliban - apesar dos opositores do Islamismo liberal do presidente iraniano, Khatami, terem apontado os taliban como um exemplo a seguir - que persegue a minoria xiita afegã. O que mostra que a divisão entre xiitas e sunitas não desaparece com os "fundamentalismos". Em suma, os taliban estão longe de ser consensuais, ou de despertar simpatias generalizadas, mesmo no seio do Islão mais militante. Quanto à história afegã a sua complexidade está longe de se poder resumir a esta tentativa recente de simplificação autoritária.

Velhos e novos terrorismos

O terrorismo parece assumir hoje, depois do 11 de Setembro, mais do que nunca, uma feição terrível. Tanto mais terrível quanto inexplicável. Ele surge como uma espécie de negro e sangrento mistério, o que aumenta a sensação de insegurança colectiva. No entanto, a verdade é que existe uma história, uma sociologia, uma psicologia do terrorismo. É verdade que esta procura de conhecimento a respeito do fenómeno, por si só não resolve o desafio que ele constitui para a segurança individual e colectiva. No entanto, também não escasseiam os estudos sobre como

combater o terrorismo, que aliás vão buscar muita informação útil a esses estudos mais académicos. Claro que mesmo neste último caso não se encontrará uma solução milagrosa e definitiva para o problema - não há nesta questão, como declarou o Secretário da Defesa, Donald Rumsfeld, "a silver bullet" uma "bala de prata" que ponha um rápido, heróico e definitivo fim à questão. Porém, ficaremos, pelo menos, a saber que muitas sociedades no passado tiveram de enfrentar o problema. Desde as do Médio Oriente no século XIII, com a seita extremista islâmica dos Assassinos, estudada por Bernard Lewis num texto clássico.

Até às europeias do final do século XIX e início do século XX com frequentes assassínios e atentados à bomba por movimentos radicais anarquistas, comunistas ou republicanos (de que a história portuguesa dessa época é um exemplo), como o mostra o igualmente clássico estudo histórico de Walter Laqueur. Poderemos também aperceber-nos de que o terrorismo corresponde a uma lógica - política e militar - distinta da simples loucura homicida. Uma lógica que resulta de uma tentativa de solução de determinados problemas políticos por uma determinada organização com base em determinados grupos sociais mais amplos que são a sua fonte de recrutamento e que ela pretende mobilizar. É por esta via que se torna possível tomar uma série de medidas que procurem minar os vários elos que mantêm o terrorismo vivo.

E se a história mostra que é impossível erradicar completamente o fenómeno, muitas foram as campanhas antiterroristas bem sucedidas, ao fim de mais ou menos tempo. Desde logo, procurando cortar o acesso dos terroristas às armas que usam (no caso mais recente, aviões comerciais, reforçando as medidas de segurança aérea); depois atingindo a sua capacidade de organização visando a sua liderança e os respectivos fundos, retirando-lhe capacidade de agir de forma coordenada e sem preocupações económicas; por fim, e essencial para extirpar este tipo de movimentos, lidar politicamente com as causas profundas do descontentamento mais generalizado que serve como combustível que o alimenta, de forma a isolá-los da sociedade envolvente.

Uma discussão verdadeiramente universal

Mary Ann Glendon é uma académica prestigiado ao nível do Direito Internacional e, particularmente, dos direitos humanos (professora em Harvard). Simultaneamente é uma destacada activista católica norte-americana, o que lhe valeu ser a primeira mulher a dirigir uma delegação diplomática da Santa Sé (à Conferência de Pequim sobre os direitos das mulheres). O livro que agora nos apresenta foge, no entanto, aos textos técnicos a que nos havia habituado. Ela procura, no fundo, responder a uma questão essencial nos tempos que correm: existem direitos e valores universais? Muito concretamente, o seu livro traça em detalhe a história da redacção e da aprovação da Declaração Universal dos Direitos do Homem no contexto de uma ONU em construção no imediato pós-II Guerra.

O seu objectivo é mostrar, mediante esse estudo de pormenor, que efectivamente o texto final resultou de uma discussão aprofundada entre alguns dos mais destacados intelectuais, de então, de algumas das principais áreas culturais do Mundo, da zona árabe (o libanês Philip Malik) até à China (Peng Wang??) e não simplesmente dos EUA (Eleanor Roosevelt), França (????) ou Rússia (o terrível Vischynsky a quem a sr.^a Roosevelt desconcertava com maternais censuras). A sua análise detalhada mostra que, efectivamente, os principais autores e negociadores do texto se empenharam em que este fosse simultaneamente universal e enraizado nas respectivas tradições culturais e filosóficas. O resultado final não é, felizmente, uma manta de retalhos com pedaços reconhecíveis das muitas culturas que atravessam o nosso mundo. Mas a sua formulação clara e sistemática é o resultado

de um longo e laborioso processo de conciliação das respectivas concepções do homem, da sua natureza e dos seus direitos, por representantes de civilizações bem diversas.